



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

DIÁRIO ELETRÔNICO MPDFT

Edição n.º 395, 10 de julho de 2014.

EUNICE PEREIRA AMORIM CARVALHIDO

Procurador-Geral de Justiça

ZENAIDE SOUTO MARTINS

Vice-Procurador-Geral de Justiça

BENIS SILVA QUEIROZ BASTOS

Corregedora-Geral de Justiça

THAÍS FREIRE DA COSTA FLORES

Chefe de Gabinete do MPDFT

LIBANIO ALVES RODRIGUES

Diretor-Geral do MPDFT



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sede do MPDFT, Brasília-DF - CEP 70.091-900.

Horário de funcionamento para atendimento ao público externo: em dias úteis, das 12h às 18h

Telefones: (61) 3343-9500 - Plantão (sábados, domingos e feriados): (61) 3214-4444 | 3103-6217 | 3103-6219



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
DIRETORIA GERAL**

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Contratantes: União Federal por intermédio do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e a empresa VERBO EDUCACIONAL LTDA. - ME. 08190.120876/14-53. Objeto: Participação de um servidor no curso de “Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Penal e Processual Penal”. Valor total: R\$ 6.311,20 (seis mil, trezentos e onze reais e vinte centavos). Fundamento Legal: Inexigibilidade de Licitação, art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93 atualizada. Autoridade Superior: Libanio Alves Rodrigues – Diretor-Geral do MPDFT, em 08/07/2014.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
DIRETORIA GERAL**

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Contratantes: União Federal por intermédio do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e a empresa ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A. 08190.120567/14-29. Objeto: Participação de 5 (cinco) servidores no curso “TEMAS APLICADOS E RELEVANTES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS”. Valor total: R\$ 13.600,00 (treze mil e seiscentos reais). Fundamento Legal: Inexigibilidade de Licitação, art. 25, *Caput*, da Lei nº 8.666/93 atualizada. Autoridade Superior: Libanio Alves Rodrigues – Diretor-Geral do MPDFT, em 08/07/2014.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
DIRETORIA GERAL

PORTARIA N° 1000, DE 8 DE JULHO DE 2014.

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.160/PGJ, de 6/9/2010, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 08190.091997/14-81;

RESOLVE:

Retificar a Portaria/DGR nº 698, de 08 de maio de 2014, que averbou tempo de serviço ao servidor **EDGAR FERREIRA DOS SANTOS**, Técnico do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Administração, matrícula 4617-5, da seguinte forma:

Onde se lê:

- “(...)
- **366 (trezentos e sessenta e seis)** dias de tempo de serviços prestados junto ao Ministério da Marinha (Serviço Público Militar Federal), no período de **01/02/1986 a 01/02/1987**, para fins de aposentadoria, disponibilidade e licença-capacitação, de acordo com os arts. 87 e 100 da Lei n.º 8.112/1990.
 - **1.855 (mil, oitocentos e cinquenta e cinco)** dias de tempo de serviço, prestados junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (Serviço Público Militar Estadual), no período de **01/05/1989 a 29/05/1994**, para fins de aposentadoria, disponibilidade e anuênio, nos termos do art. 103, inciso I e art. 67 da Lei nº 8112/1990 e art. 15, II, da Medida Provisória 2.225-45/2001.
 - **7.220 (sete mil, duzentos e vinte)** dias de tempo de serviço/contribuição, prestados junto ao Ministério P\xfablico Federal - MPF (Serviço P\xfablico Federal), no cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, no período de **30/05/1994 a 05/03/2014**, para fins de aposentadoria, disponibilidade, licença-capacitação e anuênio, de acordo com os arts. 87, 100 e 67 da Lei n.º 8.112/1990 e art. 15, II, da Medida Provisória 2.225-45/2001.

Art. 2º Conceder o percentual de 5% (cinco por cento) a título de Adicional de Tempo de Serviço, a contar de 01/04/2014 (data do efeito financeiro do interessado neste Ministério P\xfablico), com fundamento no art. 67 da Lei n.º 8.112/1990 e art. 15, II, da Medida Provisória 2.225-45/2001.”



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
DIRETORIA GERAL

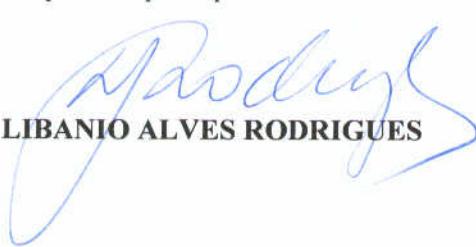
Leia-se:

“(...)

- **366 (trezentos e sessenta e seis)** dias de tempo de serviços prestados junto ao Ministério da Marinha (Serviço P\xfablico Militar Federal), no período de **01/02/1986 a 01/02/1987**, para fins de aposentadoria, disponibilidade, licença-capacitação e anuêñio, de acordo com os arts. 87, 100 e 67 da Lei n.\º 8.112/1990 e art. 15, II, da Medida Provisória 2.225-45/2001.
- **1.855 (mil, oitocentos e cinquenta e cinco)** dias de tempo de serviço, prestados junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (Serviço P\xfablico Militar Distrital), no período de **01/05/1989 a 29/05/1994**, para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do art. 103, inciso I da Lei n.\º 8.112/90.
- **1.744 (um mil, setecentos e quarenta e quatro)** dias de tempo de serviço/contribuição, prestados junto Ministério P\xfablico Federal - MPF (Serviço P\xfablico Federal), no cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, no período de **30/05/1994 a 08/03/1999**, para fins de aposentadoria, disponibilidade, licença-capacitação e anuêñio, de acordo com os arts. 87, 100 e 67 da Lei n.\º 8.112/1990 e art. 15, II, da Medida Provisória 2.225-45/2001.
- **5.476 (cinco mil, quatrocentos e setenta e seis)** dias de tempo de serviço/contribuição, prestados junto Ministério P\xfablico Federal - MPF (Serviço P\xfablico Federal), no cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, no período de **09/03/1999 a 05/03/2014**, para fins de aposentadoria, disponibilidade e licença-capacitação, de acordo com os arts. 87, 100 da Lei n.\º 8.112/1990.

Art. 2º Conceder, com efeitos financeiros a contar de 1º/4/2014, o percentual de 5% (cinco por cento) a título de Adicional de Tempo de Serviço, com fundamento no art. 67 da Lei n.\º 8.112/1990 e art. 15, II, da Medida Provisória 2.225-45/2001, e a incorporação do valor correspondente a 10/10 (dez décimos) de FC-01, a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, pelo exercício de função comissionada junto ao Ministério P\xfablico Federal, com fundamento no art. 62-A da Lei 8.112/90, incluído pela MP n.\º 2.225/2001, de 04/09/2001.”

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


LIBANIO ALVES RODRIGUES



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
DIRETORIA-GERAL**

PORTARIA N° 1001, DE 08 DE JULHO DE 2014.

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno do MPDFT (Portaria Normativa nº 72/PGJ, de 22/09/2009),

CONSIDERANDO o disposto no artigo 51 da Lei 8.666/93;

CONSIDERANDO, ainda, o que consta no PA nº 08190.013715/14-87;

RESOLVE:

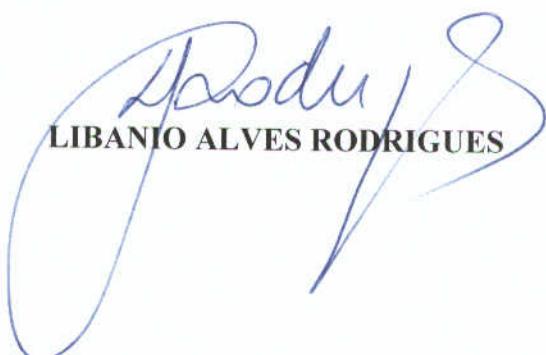
Art. 1º. Constituir Comissão Especial de Licitação para conduzir o processo licitatório da **Concorrência** cujo objeto é a: contratação de empresa de engenharia para construção do edifício da Promotoria de Justiça de Brazlândia.

Art. 2º. Designar os servidores **ANA LUISA CARDOSO ZARDIM**, matrícula 3697-8, **MARLI DE SOUSA REGO**, matrícula 3418-5, **ROSSANA PERES TORRES**, matrícula 2022-2, **WILLIAM GOMES COSTA**, matrícula 3639-1, **MARCILENA RIBEIRO DE VASCONCELOS**, matrícula 2064-8 e **ANDREA MORAES OLIVEIRA**, matrícula 3876-8, para sob a presidência da primeira, compor a referida Comissão, cabendo à segunda presidir a Comissão nos impedimentos eventuais da titular.

Art. 3º. A Presidente da Comissão, ao seu critério, poderá solicitar parecer técnico das unidades departamentais deste Ministério Público para subsidiar o julgamento da licitação.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 5º Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


LIBANIO ALVES RODRIGUES



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
DIRETORIA-GERAL**

PORTARIA N^o 1002, de 08 de julho de 2014.

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições previstas no artigo 197, inciso IV, do RIMPDFT (Portaria Normativa n^o 275/PGJ, de 11/10/2013) e na Portaria Normativa/DG n^o 32, de 13 de janeiro de 2010, tendo em vista o que consta do Processo n^o 08190.000291/14-08.

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o servidor ANDRÉ DOURADO LOIOLA, matrícula n^o 4220, para exercer o encargo de GESTOR da Ata de Registro de Preços n^o 37/2014, firmada com CILSO MANOEL NUNES DA SILVA - ME, que tem por objeto eventual fornecimento e instalação de persianas verticais em PVC e persianas horizontais em alumínio com haste e cordão, para todas as unidades do MPDFT, e o servidor MILTON RABELO DA COSTA FILHO, matrícula n^o 4195, para exercer o encargo de GESTOR SUBSTITUTO.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

LIBANIO ALVES RODRIGUES



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
DIRETORIA-GERAL**

PORTARIA N° 1003, de 08 de julho de 2014.

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições previstas no artigo 197, inciso IV, do RIMPDFT (Portaria Normativa nº 275/PGJ, de 11/10/2013) e na Portaria Normativa/DG nº 32, de 13 de janeiro de 2010, tendo em vista o que consta do Processo nº 08190.013724/14-78.

RESOLVE:

Art. 1º – Designar os servidores CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA MONTEIRO, matrícula nº 3038-4, EMANUEL JOSÉ CORDEIRO SIMÕES, matrícula nº 1420-6 e ANDRÉ DOURADO LOIOLA, matrícula nº 4220-0, para, sob a presidência do primeiro, compor a comissão gestora da Ata de Registro de Preços nº 36/2014, firmada com PWW SISTEMAS DE ENERGIA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. – ME, VENDAS ONLINE COMERCIAL LTDA. - ME, UNICOBIA INDÚSTRIA DE COMPONENTES ELETRÔNICOS E INFORMÁTICA LTDA. e SEC POWER COMERCIAL, IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA., que tem por objeto eventual aquisição de baterias destinadas à manutenção predial.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

LIBANIO ALVES RODRIGUES



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
DIRETORIA-GERAL

PORTARIA N° 999, DE 08 DE *julho* DE 2014.

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições previstas no artigo 197, inciso IV, do RIMPDFT (Portaria Normativa nº 275/PGJ, de 11/10/2013) e na Portaria Normativa/DG nº 32, de 13 de janeiro de 2010, tendo em vista o que consta no Processo nº 08190.200752/13-24

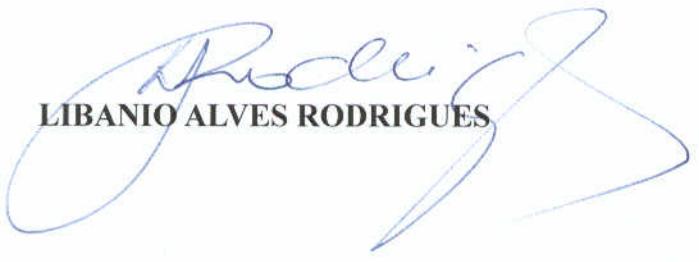
RESOLVE:

Art. 1º – Designar os servidores CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA MONTEIRO, matrícula nº 3038, CLEITON MOREIRA BARROS, matrícula nº 3136, EMANUEL JOSÉ CORDEIRO SIMÕES, matrícula nº 1420 e MARCELO GARCIA COSTA, matrícula nº 3643, para comporem a **Comissão de Gestores do Contrato nº 034/DG/MPDFT/2014**, alterando a Portaria/DG nº 980, de 27 de junho de 2014.

I – Contrato nº 034/DG/MPDFT/2014 – Contratação de empresa para fornecimento e instalação de pontos elétricos e de cabeamento estruturado para atender estações de trabalho no edifício-sede do MPDFT, bem como para instalação de interruptores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


LIBANIO ALVES RODRIGUES

Sumário

Capa.....	p. 1
Secretaria-Geral.....	p. 2
Extrato de Inexigibilidade de Licitação 37/2014.....	p. 2
Extrato de Inexigibilidade de Licitação 38/2014.....	p. 3
Portaria 1000/2014.....	p. 4
Portaria 1001/2014.....	p. 6
Portaria 1002/2014.....	p. 7
Portaria 1003/2014.....	p. 8
Portaria 999/2014.....	p. 9
Sumário.....	p. 10